ENERGIA DOS VENTOS
geração de energia

Alupar

Energia dos Ventos III S.A.

CNPJ nº 15.321.146/0001-06

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. **A Administração**

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		**7.068**	**6.074**
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.096	866
Títulos e valores mobiliários	6	3.210	2.282
Contas a receber de clientes	7	1.365	2.757
Impostos a recuperar		4	169
Outros ativos		393	–
Não circulante		**88.943**	**89.574**
Imobilizado	8	88.844	89.466
Intangível		99	108
Total do ativo		**96.011**	**95.648**

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante		**3.079**	**5.197**
Empréstimos e financiamentos	9	1.943	1.811
Fornecedores	10	801	2.699
Salários, férias e encargos sociais		1	6
Impostos e contribuições sociais a recolher		154	70
Provisões de constituição de ativos		172	611
Outros passivos		8	–
Não circulante		**61.605**	**59.467**
Empréstimos e financiamentos	9	46.885	48.167
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	13	14.720	11.300
Patrimônio líquido		**31.327**	**30.984**
Capital social	14	33.934	33.934
Prejuízo acumulado		(2.607)	(2.950)
Passivo e patrimônio líquido		**96.011**	**95.648**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Capital social	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**22.006**	**(167)**	**21.839**
Integralização de capital	11.928	–	11.928
Prejuízo do exercício	–	(2.783)	(2.783)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**33.934**	**(2.950)**	**30.984**
Lucro do exercício	–	343	343
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**33.934**	**(2.607)**	**31.327**

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	15	**9.329**	**11.195**
Custos operacionais	16	**(3.811)**	**(9.136)**
Compra de energia elétrica		–	(6.790)
Custos dos serviços prestados		(422)	(88)
Depreciação e amortização		(3.389)	(2.258)
Lucro bruto		**5.518**	**2.059**
(Despesas) Receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(316)	(173)
Pessoal		(81)	(3)
Depreciação e amortização		(10)	(8)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(31)	(105)
	16	**(438)**	**(289)**
Lucro antes do resultado financeiro		**5.080**	**1.770**
Despesas financeiras	17	(4.662)	(4.602)
Receitas financeiras	17	374	523
		(4.288)	**(4.079)**
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS		**792**	**(2.309)**
IR e CS correntes	18	(449)	(474)
Lucro (prejuízo) do exercício		**343**	**(2.783)**

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) do exercício	**343**	**(2.783)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**343**	**(2.783)**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		343	(2.783)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização		3.399	2.266
Encargos de dívidas		4.420	7.031
Receita de aplicações financeiras		(254)	(82)
Descontos financeiros obtidos		(2)	–
Atualização monetária - Impostos a recuperar		(45)	–
Despesa de IR e CS	18	449	474
Baixa do ativo imobilizado	8	11	–
		8.321	**6.906**
(Aumento) redução no ativo		**1.059**	**(2.921)**
Contas a receber de clientes		1.392	(2.757)
Impostos a recuperar		60	(164)
Outros ativos		(393)	–
Aumento (redução) no passivo		**(2.617)**	**(22.755)**
Fornecedores		(2.209)	(22.696)
Salários, férias e encargos sociais		(5)	(36)
Impostos e contribuições sociais a recolher		28	(22)
Provisões de constituição de ativos		(439)	–
Outros passivos circulantes		8	(1)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(243)	(284)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		**6.520**	**(19.054)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		**(3.140)**	**(9.942)**
Resgate de investimentos		40	9
Aplicações em investimentos		(714)	(2.209)
Adições no imobilizado		(2.465)	(7.702)
Adições no intangível		(1)	(40)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		**(2.150)**	**29.799**
AFAC		3.420	23.228
Empréstimos e financiamentos		(19)	77.340
Amortização de principal e pagamento de juros do financiamento		(5.551)	(76.369)
Mútuos concedidos - partes relacionadas		–	5.600
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**1.230**	**803**
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		**1.230**	**803**
Saldo no início do exercício	5	866	63
Saldo no final do exercício	5	2.096	866

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energia dos Ventos III S.A. ("Energia dos Ventos" ou "Companhia"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. A Companhia foi autorizada pela Portaria 433 de 19 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santa Catarina, constituída de dez unidades geradoras de 1.600 kW, totalizando 16.000 kW de capacidade instalada e 8.500 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará. Em 06 janeiro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter nove Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 18.900 kW de capacidade instalada e 9.701 kW médios de garantia física. A ANEEL anuiu a solicitação através da Resolução Autorizativa nº 5.651, de 23 de fevereiro de 2016. Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os CCEARs possuem vigência durante o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2035 e são ajustados anualmente pelo IPCA. A Companhia é controlada diretamente pela Windepar Holding S.A. ("Windepar"). **Autorização da ANEEL para início das operações comerciais:** Através do Despacho nº 1.326 de 19 de maio de 2016 da ANEEL, a EOL Santa Catarina foi liberada como apta à operação comercial a partir de 03 de março de 2016. **Implantação da linha de transmissão:** Em virtude do processo de caducidade da concessão outorgada à SPE BR Transmissora Cearense de Energia Ltda., responsável pela construção e implantação da Instalação de Transmissão de Interesse Restrito para Conexão Compartilhada de Centrais de Geração - ICG Subestação Aracati III, em 26 de julho de 2016 a ANEEL publicou o Despacho nº 1987 que estabelece I) a interrupção da implantação das instalações de interesse restrito em 138 kV da EOL Santa Catarina; II) aprova a alteração do ponto de conexão da EOL Santa Catarina para a Subestação Russas II, em 230 kV; III) determina que a EOL Santa Catarina e as EOL Goiabeira, EOL Ubatuba, EOL Pitombeira e EOL Ventos de Horizonte implantem em conjunto a linha de transmissão de interesse restrito em 230 kV para conexão das CGEs - Centrais de Geradoras Eólicas na Subestação Russas II, em até 24 meses, contados da publicação do referido Despacho. Por esta razão, a Companhia está desobrigada da entrega de energia prevista nos CCEARs até que a linha de transmissão seja finalizada. Buscando compensar a EOL Pitombeira e as demais empresas citadas acima pelo investimento adicional necessário não previsto inicialmente, a ANEEL aprovou desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST em favor de todas as Centrais Geradoras no valor de R$ 2.968 (corrigido anualmente pelo IPCA com data de referência Abril/2016) até o prazo de 31 de dezembro de 2035. A autorização de exploração da Geração Eólica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 07 de março de 2018. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. ***3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. ***3.1.2 Contas a receber de clientes:*** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. ***3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:*** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. ***3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:*** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. A Companhia não identificou qualquer indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. ***3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos:*** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*. **3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial para redução ao provável valor de realização dos ativos de longo prazo. **3.3 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.4 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5 Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGC). Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.6 Intangível:** O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. **3.7 Tributação:** ***3.7.1 Impostos sobre as vendas:*** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) 0,65%; e • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%. E também: • Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica. ***3.7.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes:*** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. **3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.9 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. **3.10 Reconhecimento da receita -** ***3.10.1 Receita de geração de energia elétrica:*** A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais. **3.11 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, que são reconhecidas pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas: Uma série de novas normas ou pronunciamentos serão efetivos para exercícios após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não as adotou na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotá-los de forma antecipada. **Pronunciamento - Descrição - Vigência:** CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Refere-se à convergência do IASB sobre reconhecimento de receita - Exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018; 14/12/2015 - Conselho de Administração - Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1 - Pretação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mútuos e fiança corporativa - 11/02/2016 - 15/10/2032 - 49.007 - 48.847. **13.3 Remuneração da alta administração:** De acordo com o estatuto social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada a ser paga aos membros da diretoria e Conselho de Administração da Companhia.

	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo (a)	31	105
Total	**31**	**105**

(a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Numerário disponível	901	664
Aplicações financeiras	1.195	202
	2.096	**866**

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 85% a 90% do CDI em 31 de dezembro de 2017 igualamente ao ano de 2016.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2017	31/12/2016
Títulos e valores mobiliários	**3.210**	**2.282**

Refere-se às garantias exigidas pelo contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora no período de curto prazo. Os recursos mencionados acima foram remunerados, em média de 75% a 80% do CDI em 31 de dezembro de 2017.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica	**1.365**	**2.757**

8. IMOBILIZADO

	Taxa	31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2017
Em serviço						
Terrenos		1.000	–	1.250	–	2.250
Edificações	3%	572	–	–	–	572
Máquinas	4%	90.020	65	–	–	90.085
Em curso		–				
Terrenos		125	1.125	(1.250)	–	–
Edificações		4	–		(4)	–
Sistema transmissão		4	1.588	–	(7)	1.585
Total do custo do		**91.725**	**2.778**	**–**	**(11)**	**94.492**
Depreciação		**(2.259)**	**(3.389)**	**–**	**–**	**(5.648)**
Edificações		(13)	(19)	–	–	(32)
Máquinas		(2.246)	(3.370)	–	–	(5.616)
Total do imobilizado líquido		**89.466**	**(611)**	**–**	**(11)**	**88.844**

(1) Imobilizado em curso - a ratear: foram registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não eram passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL. **(2)** Juros capitalizados: a Companhia agregou, durante a implantação do empreendimento, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na Nota 10 (Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas).

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituições	Vencimento	Taxa	Circulante - Encargos	Circulante - Principal	Circulante 31/12/2017	Circulante 31/12/2016	Não circulante - principal 31/12/2017	Não circulante - principal 31/12/2016
BNDES	15/10/2032	TJLP +2,18%	160	1.783	1.943	1.811	46.885	48.167
			160	**1.783**	**1.943**	**1.811**	**46.885**	**48.167**

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: Em 07 de março de 2016 a Companhia, em conjunto com suas coligadas Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos IV S.A., Energia dos Ventos X S.A. e controladora Windepar Holding S.A., celebrou com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos III S.A., é de R$ 49.007, com o objetivo de alongamento da dívida. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de novembro de 2016 e a última será em 15 de outubro de 2032. Foram liberados R$ 48.155 até 31 de dezembro de 2016. Os juros incorridos do contrato de financiamento foram incorporados ao principal trimestralmente, nos dias 15 dos meses de abril, julho e outubro, sendo que no exercício de 2016 foram incorporados ao principal importância de R$ 1.728. O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30, devendo a apuração do ICSD Consolidado ocorrer anualmente a partir do exercício fiscal de 2017 o ICSD Consolidado. As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos: **2019 - 2020 - 2021 - 2022 - Após 2022 - Dívida Total:** 1.949 - 2.109 - 2.282 - 2.468 - 38.077 - 46.885.

10. FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Materiais e Serviços	801	2.699
	801	2.699

11. PROVISÕES PARA CONSTITUIÇÃO DE ATIVOS

As provisões para constituição de ativo no montante de R$ 172 e R$ 611 em dezembro de 2017 e 2016 respectivamente, são decorrentes dos custos do ativo imobilizado refererentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, sendo a sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui processos com classificação possível de perda que sejam relevantes.

13. PARTES RELACIONADAS

13.1 Transações com partes relacionadas: Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo não circulante		
AFAC - Windepar Holding S.A.	14.720	11.300
	14.720	**11.300**
Demonstrações do resultado		
Compra de energia - Ferreira Gomes Energia S/A	–	(6.790)
	–	**(6.790)**

A Companhia necessitou de recursos oriundos acionista Windepar Holding S.A.. Entre janeiro e dezembro de 2017 foram recebidos R$ 14.720. **13.2 Garantias: Empresa garantidora - Data da autorização - Órgão autorizador - Contrato - Garantia - Início do contrato - Encerramento do contrato - Valor do contrato - Saldo devedor do contrato em 31/12/2017:** Alupar/Windepar -

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R$ 33.934 dividido em 33.934.534 (trinta e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil, quinhentos trinta e quatro) ações ordinárias, conforme segue:

	31/12/2017 e 31/12/2016 Ordinárias Quantidade	%
Acionistas		
Windepar Holding S.A.	33.934.533	99,99
AF Energia S.A.	1	0,01
Total das ações	33.934.534	100,00

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta	9.835	11.515
Deduções		
PIS	(73)	(57)
COFINS	(337)	(263)
TFSEE	(96)	–
	(506)	(320)
Receita operacional líquida	9.329	11.195

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2017 Custos	31/12/2017 Despesas	31/12/2016 Custos	31/12/2016 Despesas
Custos não gerenciáveis	**(8)**	**–**	**(3)**	**–**
Doações	(8)	–	(3)	–
Custos gerenciáveis	**(414)**	**(428)**	**(6.875)**	**(281)**
Energia comprada partes	–	–	(6.790)	–
Seguros	–	(101)	(5)	(7)
Aluguéis	(13)	(61)	(48)	(33)
Pessoal	–	(81)	5	(3)
Honorários da diretoria e conselho de administração	–	(31)	–	(105)
Material	(31)	(4)	(11)	–
Serviços de terceiros	(332)	(146)	(10)	(116)
Outros	(38)	(4)	(16)	(17)
Depreciação e amortização	(3.389)	(10)	(2.258)	(8)
	(3.389)	**(10)**	**(2.258)**	**(8)**
	(3.811)	**(438)**	**(9.136)**	**(289)**

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs estabelecem obrigatoriedade de venda de energia a partir de 01 de janeiro de 2016, tendo em vista que a Companhia foi liberada como apta à operação comercial apenas em 03 de março de 2016, a Companhia necessitou arcar com custos de compra de energia elétrica para revenda para cumprir as cláusulas estabelecidas em contrato de venda de energia.

17. RESULTADO FINANCEIROS

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras	**374**	**523**
Receita de aplicações financeiras	327	523
Outros	47	–
Despesas financeiras	**(4.662)**	**(4.602)**
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(4.420)	(4.138)
Outros	(242)	(464)
Total líquido	**(4.288)**	**(4.079)**

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	31/12/2017 IR	31/12/2017 CS	31/12/2016 IR	31/12/2016 CS
Recebimento clientes e CCEE	11.230	11.230	8.754	8.754
Alíquota de presunção lucro	8%	12%	8%	12%
	898	**1.348**	**700**	**1.050**
Receita financeira	372	372	664	664
	1.270	**1.720**	**1.364**	**1.714**
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ	10%	–	10%	–
	293	**155**	**316**	**154**
Outros	2	–	4	–
Total dos tributos correntes	**295**	**155**	**320**	**154**
Alíquota efetiva		**4,00%**		**5,42%**

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. **19.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, empréstimos, debêntures e encargos de dívidas se aproximam do seu respectivo valor contábil. Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. **19.2 Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • **Nível I -** preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível II -** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • **Nível III -** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia classificou como Nível II os títulos e valores mobiliários e os equivalentes de caixa. **19.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios: ***Risco de crédito:*** O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência. ***Risco de taxas de ju